



MINISTÉRIO DA CULTURA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
Departamento de Patrimônio Imaterial
Coordenação-Geral de Identificação e Registro
Coordenação de Registro e Revalidação

Parecer Técnico nº 8/2026/CORER/CGIR/DPI

ASSUNTO: Análise sobre o processo de Registro do Cortejo da Cavalaria de São Gonçalo e São Benedito de Guaratinguetá

REFERÊNCIA: Proc. 01450.007877/2015-81

Brasília, 17 de julho de 2026.

I. Introdução

O presente Parecer Técnico, elaborado pelos servidores Marina Baldoni Amaral, do Departamento de Patrimônio Imaterial, e Marcos Monteiro Rabelo, da Superintendência do Iphan em São Paulo, analisa o processo administrativo nº 01450.007877/2015-81, que trata do pedido de reconhecimento do Cortejo da Cavalaria de São Gonçalo e São Benedito de Guaratinguetá (SP) como Patrimônio Cultural do Brasil e a instrução do seu Registro, visando manifestação técnica conclusiva a respeito.

O pedido de Registro da manifestação cultural em tela foi realizado pela Associação Cavalaria São Gonçalo e São Benedito de Guaratinguetá (ACSGSBG) em carta dirigida à então Presidenta do IPHAN, Sra. Jurema Machado, autuada no dia 10 de julho de 2015. Toda a documentação e suas complementações posteriores foram analisadas pelo corpo técnico da Superintendência do IPHAN em São Paulo, resultando na Nota Técnica nº 11/2019/COTEC IPHAN-SP/IPHAN-SP (0943145). Posteriormente, o Processo passou também pela avaliação do corpo técnico do Departamento de Patrimônio Imaterial – DPI/IPHAN, que produziu a Nota Técnica nº 10/2021/COREG/CGIR/DPI (2602767). Por fim, a pertinência do pedido foi avaliada pela Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial no dia 16 de junho de 2021, que emitiu parecer favorável pela continuidade do processo.

A instrução técnica (produção do dossiê documental para o Registro do bem cultural) foi viabilizada por recursos oriundos de Emenda Parlamentar destinada especificamente para essa finalidade. O trabalho de elaboração do dossiê documental de Registro foi realizado pela equipe do Centro de Estudos da Cultura Popular (CECP) de São José dos Campos, uma organização social sem fins lucrativos que tem como finalidade estudar, pesquisar, difundir, valorizar e estimular todos os

patrimônios (material e imaterial) e toda expressão da cultura popular. Trata-se de uma instituição que tem grande experiência com trabalhos no campo do patrimônio cultural e já realizou outros estudos em parceria com o IPHAN no passado (o INRC das Congadas de São Paulo e o dossiê documental para o Registro do Samba de Bumbo Paulista, por exemplo). O trabalho de produção do dossiê documental foi iniciado em janeiro de 2025 e concluído em maio de 2026, e os produtos entregues pela OS são de excelente qualidade, apresentando uma visão ampla e pormenorizada do bem cultural.

Em conformidade com o Decreto nº 3551, de 04 de agosto de 2000, e com a Resolução nº 001, de 03 de agosto de 2006, destacam-se os seguintes documentos obrigatórios que compõem o processo SEI nº 01450.007877/2015-81:

1. Documento da solicitação de Registro (0100015);
2. Anuências da Comunidade (0549499);
3. Material de apresentação do bem cultural (0100015, 0100017, 0100018);
4. Nota Técnica de Pertinência - Superintendência de São Paulo (0943145);
5. Nota Técnica de Pertinência - DPI (2602767);
6. Ata da Reunião da Câmara Técnica do Patrimônio Imaterial (2795287);
7. Produtos audiovisuais;
8. Fotografias encontradas em rede;
9. Autorizações de cessão de fotografias e de material audiovisual;
10. Cessão de direitos patrimoniais; e
11. Dossiê descritivo

II. Contextualização da instrução para o Registro

1. O pedido de Registro

O pedido de Registro da Cavalaria de São Gonçalo e São Benedito de Guaratinguetá foi apresentado pela Associação Cavalaria São Gonçalo e São Benedito de Guaratinguetá (ACSGSBG), associação civil de direito privado sem fins lucrativos sediada no município de Guaratinguetá, por meio de carta dirigida à presidenta do IPHAN, Sra. Jurema Machado, datada de 15 de junho de 2015. A documentação enviada ao IPHAN foi autuada no dia 10 de julho de 2015, convertendo-se no Processo Administrativo nº 01450.007877/2015-81. Todavia, a documentação enviada inicialmente pelo proponente foi considerada insuficiente para a realização da análise técnica preliminar, sendo necessária a sua complementação. A solicitação foi enviada ao proponente em 19 de maio de 2017 e a documentação complementar foi remetida ao IPHAN no dia 20 de julho desse mesmo ano.

No entanto, ainda pairava certa dúvida sobre a obtenção de anuência prévia dos detentores ao pedido de Registro do bem cultural, condição essencial para a instauração do Processo de Registro. Tendo em vista que o documento que

atestava o consentimento dos detentores chegou ao IPHAN na forma de abaixo-assinado, restava ao proponente comprovar que esses detentores foram devidamente informados e esclarecidos acerca dos procedimentos e das eventuais consequências decorrentes do Registro do patrimônio imaterial e deram seu consentimento de boa fé.

Considerando que talvez não contasse com todo o arcabouço de informações acerca do processo de Registro e seus impactos sobre o bem cultural, o proponente solicitou a presença de profissional do IPHAN no município para que apresentasse informações detalhadas sobre a questão e sanasse eventuais dúvidas dos detentores. Para essa tarefa foi designada a (então) Coordenadora de Registro, Sra. Marina Duque Coutinho de Abreu Lacerda, que convidou o técnico Marcos Monteiro Rabelo para acompanhá-la nessa missão, representando a Superintendência do IPHAN em São Paulo.

No dia 3 de fevereiro de 2018 foi realizada uma sessão pública no município de Guaratinguetá, ocasião em que os representantes do IPHAN apresentaram aos participantes detalhes sobre a política nacional de salvaguarda de bens culturais imateriais, em geral, e sobre o processo de Registro da Cavalaria, de forma específica. O público, que ocupou todos os lugares no auditório do Museu Frei Galvão, era formado em sua maioria por membros da Associação Cavalaria de São Gonçalo e São Benedito de Guaratinguetá e membros de outras associações de cavaleiros que compõem o cortejo da Cavalaria em ocasiões festivas. Ao final, os presentes consideraram que detinham informações suficientes para expressar sua anuência e seu apoio formal ao processo de Registro.

Conforme preconiza o rito, o Processo (agora completo) foi analisado pelo corpo técnico da Superintendência do IPHAN em São Paulo em 2019, recebendo a Nota Técnica nº 11/2019/COTEC IPHAN-SP/IPHAN-SP (0943145). Dois anos depois, em 2021, passou pelo crivo da área técnica do Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI/IPHAN), onde foi emitida a Nota Técnica nº 10/2021/COREG/CGIR/DPI (2602767). A partir desse momento, o Processo estava pronto para ser remetido à Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial, onde foi pautado para a sessão do dia 16 de junho de 2021. Os Conselheiros emitiram parecer amplamente favorável à pertinência do pedido, indicando que o Processo deveria prosseguir para a etapa de instrução técnica, com a produção do dossiê documental para o Registro do bem cultural.

Após a publicação da decisão da Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial (2795287), o Processo permaneceu sobrestado até que fossem providos os recursos financeiros necessários para a elaboração do dossiê documental de Registro.

2. A instrução técnica do processo

A instrução técnica do Processo, que consiste na produção de um dossiê documental composto por texto de caráter historiográfico e etnográfico original, produção de dois filmes-documentários sobre o bem cultural, sendo um de longa duração e um de curta duração, e produção de fotografias originais e atuais sobre o bem cultural, foi realizada por uma equipe de pesquisa especializada e com ampla experiência no campo do patrimônio cultural. Trata-se da equipe vinculada ao Centro de Estudos da Cultura Popular de São José dos Campos, SP, organização social sem fins lucrativos que tem como finalidade “estudar, pesquisar, difundir, valorizar e estimular todos os patrimônios (material e imaterial) e toda expressão da cultura popular”.

É preciso dizer explicitamente que a maior dificuldade para viabilizar a

instrução técnica do Processo foi a escassez de recursos financeiros para financiar o trabalho de produção do dossiê documental. Desde 2016, observamos a diminuição gradual dos recursos orçamentários destinados ao IPHAN, especialmente ao Departamento de Patrimônio Imaterial, fato que tem provocado atrasos na conclusão de processos de Registro e descontinuidade nas ações de mobilização e salvaguarda. Neste caso não foi diferente: após anos de espera por recursos para a produção do dossiê, sem lograr sucesso nem vislumbrar perspectivas, os Proponentes foram instruídos pelo IPHAN a buscarem outras vias de financiamento. O caminho que se mostrava mais promissor neste caso era a obtenção de recursos por meio de emendas parlamentares, e assim foi feito.

A partir de uma emenda parlamentar destinada pelo Deputado Federal Saulo Pedroso especificamente para a realização da instrução técnica do Processo, o IPHAN pôde firmar o Termo de Fomento IPHAN/SP nº 004913/2024 (5531641) com o Centro de Estudos da Cultura Popular (doravante CECP) para a produção do dossiê documental em agosto de 2024. Todavia, por conta de divergências entre o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional quanto à destinação e utilização dos recursos de emendas parlamentares, os valores ficaram retidos por algum tempo e só puderam ser descentralizados para a instituição no final do mês de dezembro de 2024, atrasando, por conseguinte, o início dos trabalhos para a produção do dossiê documental.

A pesquisa para a produção do dossiê de Registro foi iniciada em janeiro de 2025, a partir do levantamento bibliográfico (documentos e estudos já existentes sobre o tema) e pesquisa de campo. Importante ressaltar que a produção para o Cortejo da Cavalaria é iniciada ainda no mês de janeiro de cada ano, com missas e novenas celebradas em honra dos Santos Gonçalo e Benedito. O trabalho prosseguiu nos meses seguintes e envolveu entrevistas com membros da ACSGSBG e outras instituições que compõem o Cortejo, além de pesquisadores locais que já se debruçaram sobre o tema. Em abril de 2025, a equipe de pesquisa do CECP foi a campo para realizar a observação participante do próprio Cortejo da Cavalaria, quando, além de coletar os dados e as informações apresentadas no texto do dossiê, foram captadas as imagens fotográficas e produzido o material audiovisual para a elaboração dos filmes-documentários de longa e curta duração.

O trabalho de campo não apresentou grande complexidade logística, pois estava totalmente concentrado no município de Guaratinguetá e algumas localidades nos arredores. Esse aspecto permitiu à equipe do CECP fazer um acompanhamento cuidadoso de todas as etapas do Cortejo da Cavalaria, antes, durante e após a sua realização. A circunscrição do campo ao município também delimitou a pesquisa bibliográfica e as entrevistas, permitindo uma coleta de informações mais cuidadosa (uma vez que não exigia deslocamentos longos e custosos). Outro ponto que merece destaque é o interesse da imprensa local no processo de Registro: em diversas ocasiões enquanto estava em campo, a equipe de pesquisa foi demandada por veículos locais de imprensa para falar e dar depoimentos sobre o andamento do processo de Registro, o que certamente permitiu que mais pessoas tomassem ciência de que havia um pleito para tornar o Cortejo da Cavalaria em patrimônio cultural do Brasil.

Os meses seguintes ao trabalho de campo foram dedicados à produção do dossiê documental de Registro, a partir do material coletado em campo, em bibliotecas e nos arquivos pela equipe de pesquisa. Considerando o período de vigência do Termo de Parceria (que foi aditado até 23 de dezembro de 2026), houve tempo para mais uma visita a campo no desfile do Cortejo da Cavalaria em abril de 2026. A primeira versão do Dossiê de Registro completo (contendo texto original, fotografias originais e filmes-documentários de longa e curta durações) foi

encaminhada para o IPHAN em maio de 2026. Assim, o corpo técnico do DPI e o ponto focal na Superintendência em São Paulo tiveram a oportunidade de se manifestar e sugerir alterações no material. A versão final do dossiê, encartada no presente Processo, foi entregue em meados do mês de julho de 2026.

Após avaliação cuidadosa do material produzido pela equipe do CECP, entendemos que ele atingiu o grau de excelência esperado para a sua finalidade – embasar uma avaliação técnica adequada para o reconhecimento do bem cultural como patrimônio imaterial do Brasil – e provê subsídios suficientes para a análise que faremos a seguir.

III. Caracterização do bem cultural

1. Introdução

O Cortejo da Cavalaria de São Gonçalo e São Benedito de Guaratinguetá é descrito pelo dossiê¹ de instrução desse processo de registro – documento base para a formulação deste parecer – como uma expressão cultural e religiosa católica realizada anualmente no ciclo da festa dedicada aos dois santos na cidade de Guaratinguetá, no Vale do Paraíba paulista, cuja origem remonta ao século XVIII.

Seu momento principal acontece na tarde do Domingo de Páscoa, quando cerca de dois mil cavaleiros percorrem um trajeto de aproximadamente 20 quilômetros pelas ruas da cidade. O cortejo realiza funções rituais como a escolta da procissão do mastro de São Benedito e paradas solenes diante dos cemitérios locais para homenagear cavaleiros falecidos. O encerramento do percurso é marcado pela execução da "meia-lua" na Praça São Gonçalo, uma evolução coreográfica que remete às antigas cavalhadas.

Para os detentores, o cortejo não é apenas um desfile ou cavalgada entre amigos, ocupando um espaço de compromisso, devoção e organização coletiva no qual se produzem e reafirmam sentidos de identidade e pertencimento a uma tradição. O cortejo constitui um sistema de relações devocionais, familiares e comunitárias que mobiliza conhecimentos sobre devoção aos santos, manejo e montaria de equinos e muares, indumentárias, ordenação da procissão, memória dos antigos participantes e ocupação coletiva do espaço urbano.

A manifestação articula elementos provenientes de dois sistemas culturais diferentes: os Saberes do Rosário², conjunto de práticas e referências associadas às irmandades e celebrações afro-brasileiras dedicadas a Nossa Senhora do Rosário e a santos relacionados à população afro-brasileira, como São Benedito; e Saberes do Caminho, vinculados ao tropeirismo e às pessoas que viviam em trânsito na região, os chamados “homens de caminho”, e às experiências relacionadas ao mundo rural do Vale do Paraíba.

Atualmente, a organização e realização do bem é coordenada pela Associação Cavalaria de São Gonçalo e São Benedito (ACSGSBG), cujos membros, denominados mantenas, são guardiões da memória e responsáveis pela fiscalização da ordem ritual. Além da Associação, o bem integra seis clubes agregados, dedicados tanto a cavalos quanto a muares, e a Fila de Branco, refletindo a diversidade de vínculos com o mundo rural, bem como os devotos e a comunidade local, que interagem com o cortejo.

A indumentária dos participantes é um elemento central da estética do bem, caracterizada pelo uso predominante do branco, que simboliza pureza e respeito, acrescido de signos de distinção como o cravo vermelho na lapela (símbolo

de São Gonçalo) e braçadeiras ou faixas coloridas.

A continuidade do bem é assegurada por um forte elo geracional, no qual os saberes são transmitidos de forma prática e oral especialmente nos núcleos familiares e institucionais. A existência de uma ala voltada a mantenas mirins demonstra o esforço institucional da comunidade detentora em preparar as novas gerações para a manutenção da tradição, garantindo que o cortejo permaneça como um marco da identidade cívica e religiosa de Guaratinguetá

2. Calendário e ciclo ritual

O cortejo integra um ciclo devocional que acontece ao longo do ano, composto por missas dedicadas aos padroeiros, pelo Terço de São Benedito, por reuniões e outras atividades promovidas pelas instituições e grupos participantes. O principal rito preparatório é a Novena de São Gonçalo e São Benedito, celebrada na Igreja Matriz do Puríssimo Coração de Maria, em Guaratinguetá, durante as nove terças-feiras que antecedem a Festa. A Cavalaria participa como paraninfa, e a presença dos mantenas é considerada parte de suas obrigações religiosas.

O ciclo principal da manifestação acontece no Sábado de Aleluia, no Domingo de Páscoa e na segunda-feira seguinte, celebrada em Guaratinguetá como o Dia de São Benedito. Essa tradição local deu origem a um feriado municipal, embora a data oficial do santo no calendário litúrgico seja 5 de outubro. Em outras cidades e regiões, a festa pode ocorrer em datas diferentes, conforme as tradições de cada lugar.

2.1 Sequência ritual

Ainda na manhã do Domingo de Páscoa, dia do Cortejo da Cavalaria, os cavaleiros preparam-se em suas casas na cidade ou propriedades rurais, com a participação de familiares. Orações, refeições, preparação das roupas, limpeza e alimentação dos animais e organização dos objetos mobilizam conhecimentos, relações familiares e memórias transmitidas entre gerações.

A equipe de pesquisa acompanhou os preparativos na casa de Geraldo Terra, um homem negro de 89 anos e o integrante mais antigo entre os mantenas. Devoto de São Benedito, sua participação na Cavalaria teve início na década de 1960. Por isso, exerce a função de Chefe de Honra da Cavalaria, cargo vitalício de caráter simbólico:

No pátio em frente à casa, um dos sobrinhos de Geraldo lavava um belo cavalo. Ao terminar, foi buscar uma tesoura para aparar os pelos próximos aos cascos e uma escova para pentear a crina e o rabo do animal. Explicou que esses cuidados servem para deixá-lo mais bonito para a procissão. Contou também que, durante a manhã, enquanto o tio estivesse no Café das Autoridades — evento realizado pela Associação da Cavalaria na manhã do Domingo de Páscoa —, ele e o companheiro de Bilú [filha de Geraldo] cuidariam do preparo de todos os cavalos que seriam utilizados pela família Terra. Próximo ao meio-dia, os animais seriam levados para o local de concentração da Cavalaria em um transporte contratado. O rapaz ainda contou que alguns preparos precisam ser feitos com antecedência, como ferra os animais. Os cavalos que a família Terra utilizaria naquele dia, tinham sido ferrados alguns dias antes.

Enquanto conversávamos com o rapaz no pátio, Geraldo estava dentro da casa começando a se arrumar. Bilú havia passado sua camisa e seu termo branco, como faz todos os anos. Geraldo, pacientemente, vestiu sozinho as calças e a camisa. O corpo negro, magro, mas forte, dava um belo contraste

com o traje inteiro branco.

De pé, Geraldo é auxiliado por Bilú para colocar o paletó. Depois de vestido, a filha, com delicadeza, arruma a gola e a gravata vermelha, que somente Geraldo, o Chefe, e Fernando, o presidente, podem usar (conforme já mencionado, os outros Mantenas homens utilizam gravatas pretas e as Mantenas mulheres, gravatas rosas). Depois ela começa a prender os adereços. Primeiramente, o emblema daquela edição da Cavalaria na parte esquerda do paletó. Acima dele é colocado o cravo vermelho, símbolo da devoção à São Gonçalo. Na lapela do lado direito, é colocado o broche de São Gonçalo, e na esquerda, o de São Benedito. Por fim, é colocado o último broche, que é o da Associação. Com o pai trajado, Bilú traz o detalhe final: o chapéu branco de feltro (padrão da Associação). (Dossiê, p. 58)

Ainda pela manhã, a Associação promove o Café das Autoridades, evento de articulação institucional destinado a receber e agradecer representantes do poder público, das forças de segurança (como a Polícia Militar e a Polícia Rodoviária Federal), da Igreja e de instituições parceiras, reforçando o caráter cívico da manifestação cultural.

Após as pessoas se acomodarem nas cadeiras, Fernando [Guimarães, Presidente da Associação] deu início ao seu discurso. Falou que a Cavalaria dependia de muita gente para ser realizada e que, por isso, precisava agradecer aos apoios recebidos. Vestindo seu traje de Mantena, que se diferencia dos demais pela cor da gravata e pela presença das esporas na bota, Fernando, primeiramente, enalteceu a longa história de fé da Cavalaria. Depois enfatizou a importância do apoio que a Cavalaria tem recebido nos últimos anos do Poder Público Municipal e da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Agradeceu também ao forte apoio que tem recebido do promotor público, Gilberto Cabett, que foi o responsável do Ministério Público pela viabilização da criação do Termo de Ajuste de Conduta da Cavalaria, em 2017.

A fala do presidente nos remeteu a uma conversa que nossa equipe teve com ele alguns dias antes, em que nos contou que a Cavalaria, para sobreviver, precisava manter bom relacionamento com o Poder Público e com a Polícia Militar.

Ainda que o Artigo 6 do Estatuto da Associação proíba qualquer tipo de propaganda político-partidária dentro da entidade, Fernando reconheceu, em sua fala, que manter boas relações políticas com autoridades e gestores, facilita o acesso a recursos e apoio para os demais eventos que a Associação promove. (Dossiê, p.71)

Ao longo do tempo, o Cortejo da Cavalaria teve início em diferentes locais da cidade. Com o aumento do número de participantes, os organizadores passaram a adaptar tanto o ponto de concentração dos cavaleiros quanto o percurso da manifestação. Atualmente, a concentração acontece na Avenida Zacarias Jorge Boueri, no bairro Chácara Selles, reunindo mantenas, Fila de Branco, clubes, familiares, público, veículos de apoio e das forças de segurança e representantes de instituições religiosas e civis. O rito de abertura é composto por pronunciamentos sobre a devoção, a tradição e o significado cultural da Cavalaria, a execução do Hino Nacional, as orações de São Gonçalo e São Benedito, a bênção dos cavaleiros e das montarias, os vivas aos santos e o desenlace de uma faixa verde e amarela.

O cortejo é precedido por motocicletas, viaturas, veículos das forças de segurança pública, carro de som e carros com imagens religiosas. O carro de som conduz a cerimônia por meio de músicas, orações, bênçãos, discursos, agradecimentos e informações. Os cavaleiros deslocam-se em duas filas indianas, seguindo uma ordem que expressa a organização interna da manifestação: bandeiras, estandartes, autoridades da Associação, mantenas, grupamento feminino, mantenas mirins, Fila de Branco e clubes.

Entre as viaturas da PRF, que carregam as imagens dos santos, e o caminhão de som, foi esticada, de um lado ao outro da avenida, uma fita verde e amarela. Na sua frente estavam presentes o prefeito de Guaratinguetá, Antônio Gilberto Junior Filippo; o presidente da Associação, Fernando Guimarães, os padres Rafael e Thiago, da Igreja do Puríssimo Coração de Maria; o casal de reis da festa de São Gonçalo e São Benedito, José Messias e Maria Helena de Oliveira Messias; a presidenta da Irmandade de São Benedito, Izolina Bittecourt.

A solenidade tem início com um rápido discurso de Paulinho Eleutério, apresentador do programa Canção Nova Sertaneja da TV Canção Nova que, desde 2012, é o animador do Cortejo da Cavalaria. Ele dá vivas aos santos padroeiros, cumprimenta os presentes e diz que hoje é um dia de festa. Um dia para se cultuar São Gonçalo e São Benedito. O seu discurso também exalta o fato de que a Cavalaria, além de representar a fé e a devoção, também é uma manifestação tradicional e cultural da cidade. Na sequência, agradece a Fernando pela parceria e exalta responsabilidade da missão divina de conduzir a Cavalaria que foi dado a ele. Finaliza desejando uma boa cavalgada a todos. (Dossiê, p. 77)

Nos cemitérios Senhor dos Passos e do bairro Pedregulho, são realizadas homenagens aos participantes falecidos. Os cavaleiros tiram os chapéus, ouvem a leitura de textos e acompanham a entrega de coroas de flores, enquanto alguns conduzem estandartes com fotografias de parentes e antigos cavaleiros. Esses atos articulam memórias individuais, familiares e coletivas, reafirmando a continuidade entre diferentes gerações de participantes.

Como a Cavalaria é uma manifestação que atravessa gerações, muitos ali haviam cavalgado ao lado de pessoas que já se foram. Nesse momento, chamaram atenção pequenos estandartes carregados por alguns participantes, trazendo a imagem de cavaleiros falecidos. Uma moça, por exemplo, levava consigo a fotografia do pai, morto poucos meses antes; segundo ela, ele havia participado da Cavalaria por mais de trinta anos e, infelizmente, aquele era o primeiro ano que ela cavalgava sem ele ao lado.

O ritual configura-se, assim, como um espaço de homenagens simultaneamente coletivas e individuais. As homenagens individuais, geralmente feitas a um parente ou amigo próximo, reiteram o caráter geracional da Cavalaria. (Dossiê, p. 85)

Ao longo do percurso, moradores ocupam calçadas, janelas, portões e sacadas, cumprimentam os cavaleiros, fazem o sinal da cruz, erguem terços e montam altares diante das residências. Os participantes respondem com reverências, tiram os chapéus e fazem gestos devocionais, estabelecendo uma interação ritual que contribui para a sacralização temporária das ruas.

Os altares são montados para esperar o Cortejo passar. A montagem em si, já se configura como um ritual, que une os membros de uma família – e às vezes, grupos de amigos – em um saber-fazer devocional. Além das imagens, são colocados adereços e enfeites, revelando a criatividade daqueles que montam.

Alguns altares são mais pomposos, com imagens maiores, tecidos coloridos e de boa qualidade. Outros mais simples, com apenas uma imagem em cima de um paninho, ou mesmo só a imagem, sem mais nada. Contendo poucos ou muitos elementos, são sempre montados com muita devoção. (Dossiê, p. 90)

A sequência culmina no encontro com a procissão do mastro de São Benedito, quando a Cavalaria se reúne às Caixas de São Benedito – um grupo de quatro devotos ligados à Irmandade que sai na frente dos cortejos e procissões de São Benedito anunciando o ritual –, Congadas, Moçambiques, reis, corte, Irmandade e demais devotos, passando a escoltar o mastro, a coroa, a bandeira e a imagem. Este momento simboliza o encontro dos Saberes do Caminho com os Saberes do Rosário e “reforça que, mesmo ao criar uma identidade e constituir uma tradição

cultural e religiosa própria, a Cavalaria de São Gonçalo e São Benedito está profundamente ligada à história da Irmandade de São Benedito”.

Na Igreja do Puríssimo Coração de Maria, o mastro é erguido ao som das Caixas, do hino e das orações, recebendo bilhetes com pedidos e agradecimentos. A Cavalaria segue até a Praça São Gonçalo, onde realiza a “meia-lua”, um giro quase completo ao redor da praça que remete à memória das antigas evoluções dos cavaleiros e encerra o cortejo montado.

Na segunda-feira, os integrantes participam a pé da grande procissão dedicada aos santos, acompanham o andor de São Gonçalo (pois o de São Benedito é carregado pelos membros da Irmandade de São Benedito) e escoltam os reis e a corte de São Benedito. A passagem da coroa aos reis do ano seguinte conclui a festa e estabelece a continuidade ritual entre o ciclo encerrado e a celebração futura.

3. Praticantes, detentores e comunidades de referência

A escolha dos pesquisadores do Centro de Estudos da Cultura Popular (CECP), responsável pelo Dossiê, para o recorte do objeto de registro e a definição dos seus efetivos detentores passou pelo dilema de pleitear o registro da Festa de São Benedito e São Gonçalo como um todo, ao invés de focar apenas na Cavalaria. Essa hesitação tinha por base advertências teóricas que alertam para o risco de fragmentar fenômenos sociais complexos e simplificar sua dimensão simbólica ao analisar componentes isoladamente.

Diante desse cenário, uma questão inicial se apresentou para a equipe do CECP: se a Cavalaria de Guaratinguetá – assim como tantas outras – faz parte de uma celebração mais ampla – a festa de São Benedito e São Gonçalo – por que não pleitear o registro desta como patrimônio cultural imaterial, reconhecendo a Cavalaria com um dos seus bens culturais associados? Como adverte o antropólogo Carlos R. Brandão (1978, p. 16), pesquisas sobre festas populares que desconsideram a dimensão sistêmica em que se inserem seus diversos elementos constitutivos — rituais, objetos devocionais, folguedos, performances teatrais, personagens — ou que analisam isoladamente cada um desses componentes, correm o risco de apreender apenas fragmentos de um fenômeno social mais amplo, representando-o de forma simplificada e incapaz de abarcar sua complexidade simbólica. (Dossiê, p. 17)

Contudo, a pesquisa de campo e as entrevistas revelaram que o Cortejo da Cavalaria extrapola o âmbito estritamente religioso-devocional, alcançando diversas esferas da vida social e consolidando-se como um marco da identidade cívica local.

Outro fator determinante para essa escolha foi a identificação de um forte sentimento de pertencimento a uma tradição antiga associada “aos caminhos”, ao universo rural e à herança da atividade tropeira, que é marcante em toda a região do Vale do Paraíba. Dessa forma, os pesquisadores definiram como objeto de investigação e registro o Cortejo da Cavalaria, compreendendo-o como um fenômeno social com características próprias, embora dependa do contexto da festa para se realizar.

Quanto à definição dos efetivos detentores do saber, a equipe evitou restringir o reconhecimento apenas aos membros formais da Associação, os mantenas, que estatutariamente aparecem como guardiões da memória. A pesquisa demonstrou uma realidade muito mais ampla, englobando famílias inseridas nos clubes agregados que participam da manifestação há décadas, sendo portadoras de memórias e conhecimentos fundamentais sobre o manejo de animais e o preparo das montarias.

Além deles, o saber reside nos cavaleiros individuais da Fila de Branco e nos devotos que interagem ritualmente com o cortejo, como os moradores que montam altares nas calçadas para saudar a sua passagem. Portanto, foram identificados como detentores os membros de todas as entidades participantes, os cavaleiros independentes e os devotos com vínculos rituais, garantindo que o processo de salvaguarda contemple a multiplicidade de agentes que, juntos, mantêm viva a "religiosidade encarnada" do cortejo.

3.1 Núcleo de praticantes

O núcleo mais diretamente envolvido reúne cerca de dois mil cavaleiros, distribuídos entre a Associação, seis clubes dedicados aos equinos e muares e a Fila de Branco. Todos se submetem às normas e ao ordenamento estabelecidos para o cortejo.

Os mantenas, membros da Associação, ocupam diferentes categorias e exercem funções de direção, condução de bandeiras e estandartes, fiscalização e organização das filas. Cabe a eles orientar os participantes, preservar a ordem e assegurar o cumprimento das regras. As indumentárias distinguem funções, hierarquias e grupos e conferem unidade visual ao cortejo. Eles usam predominantemente trajes e chapéus brancos, botas pretas e detalhes que indicam suas posições. O cravo vermelho na lapela simboliza a devoção a São Gonçalo, enquanto broches, emblemas e flâmulas identificam a Associação, os clubes, os santos e cada edição da manifestação. Os clubes possuem uniformes e identidades visuais próprios.

A participação de mulheres no cortejo só teve início na década de 1970, quando Vera Aparecida de Paiva França, filha do então chefe Evandro Paiva, tornou-se a primeira mulher a participar montada, rompendo com a regra segundo a qual apenas homens integravam a Cavalaria. Na configuração atual, as mulheres utilizam uma variação específica da indumentária, com gravata e faixa cor-de-rosa, além da exigência de manter os cabelos longos presos, elementos que as distinguem visualmente.

Os mantenas mirins são crianças entre oito e treze anos que participam como aprendizes, sob a responsabilidade de adultos. Suas vestimentas reproduzem os símbolos utilizados pelos mantenas. Crianças e jovens também participam por meio dos clubes, da Fila de Branco e das relações familiares.

Os clubes agregados possuem autonomia administrativa, identidades próprias e formas particulares de sociabilidade, mas se submetem à coordenação da Associação durante o cortejo. Sua existência possibilita incorporar diferentes tipos de animais de montaria e participantes.

A Fila de Branco é uma modalidade de ingresso sem filiação permanente. Seus integrantes devem possuir experiência de montaria, realizar cadastro e utilizar a indumentária indicada. Essa ala reúne devotos, pessoas ligadas à tradição familiar e participantes interessados na convivência, nos animais e no universo rural.

Ter um animal para montaria não é condição necessária para a participação. Animais podem ser emprestados ou alugados, e o empréstimo pode adquirir sentido devocional ao permitir que outra pessoa cumpra promessa ou homenageie os santos ao realizar esse ato. Algumas famílias mantêm essa prática por gerações.

As famílias são decisivas para a continuidade do bem. Pais, filhos, irmãos e outros parentes participam juntos ou sucedem-se ao longo do tempo, transmitindo conhecimentos, narrativas, objetos como selas, arreios e outros que podem adquirir

valor de relíquia e memória.

3.1.2 Governança

Todas as entidades devem seguir o Estatuto da Associação Cavalaria e o Termo de Ajuste de Conduta (TAC), que proíbe o consumo de álcool e maus-tratos aos animais durante a procissão

O Termo de Ajuste de Conduta (TAC) é um instrumento jurídico e organizacional e um marco da concepção moderna do Cortejo da Cavalaria. Proposto pela presidência da Associação e assinado em 2025 com o Ministério Público, ele tem entre seus objetivos garantir a segurança pública e reforçar o caráter religioso da manifestação.

As principais diretrizes e exigências do TAC incluem:

- **Governança e Reconhecimento:** Os clubes participantes reconhecem formalmente a Associação Cavalaria como a única organizadora do evento, submetendo-se às suas regras e fiscalização.
- **Padronização Visual:** Estabelece que a indumentária dos membros dos clubes deve ser no mínimo 80% branca, com logotipos das entidades permitidos apenas na parte traseira das camisas.
- **Limites de Participantes:** no máximo 120 animais para clubes de equinos e 150 animais para clubes de muares.
- **Bem-estar animal:** Proíbe os maus-tratos aos animais, que devem estar descansados e saudáveis para a marcha.
- **Conduta:** Veta o consumo de bebidas alcoólicas e comportamentos entendidos como moralmente inadequados durante o trajeto.
- **Penalidades:** O descumprimento das normas acarreta sanções como a proibição de participar no ano seguinte e o pagamento de uma multa de vinte salários mínimos, destinada a entidades assistenciais da cidade.

O TAC é assinado por diversos representantes, incluindo a Polícia Militar, a Secretaria de Segurança Pública de Guaratinguetá e o Ministério Público, reforçando a integração entre a tradição religiosa e a ordem civil.

3.2 Detentores em sentido ampliado

A realização do cortejo depende também de sujeitos que não participam montados, mas integram o ritual, sua organização e os processos de transmissão. Entre eles estão: devotos, integrantes da Irmandade de São Benedito, membros da paróquia, reis, corte, responsáveis pelos objetos rituais, Congadas, Moçambiques, Caixas de São Benedito, familiares e moradores.

A Irmandade ocupa posição central na organização histórica da Festa, na devoção ao santo, na guarda dos símbolos e na realização dos ritos relacionados à Cavalaria. Já a Paróquia do Puríssimo Coração de Maria participa das missas, da novena, das bênçãos e das celebrações que antecedem e acompanham o cortejo.

O casal de reis e a corte de São Benedito relacionam a Cavalaria às

tradições afro-brasileiras. Os responsáveis pelo mastro, pela coroa e pela bandeira detêm conhecimentos associados à preparação, à condução e às promessas relacionadas a esses objetos.

Congadeiros, moçambiqueiros e tocadores das Caixas de São Benedito integram a procissão com músicas, cantos, danças e formas próprias de devoção. Sua presença evidencia que os sentidos da manifestação são produzidos pelo encontro entre diferentes grupos e repertórios.

Os moradores que acompanham o percurso também integram a comunidade de referência. Ao ocuparem calçadas, janelas, portões e sacadas, saudarem os cavaleiros, entoarem vivas, fotografarem familiares e realizarem gestos religiosos, participam ativamente da manifestação. A montagem de altares domésticos e a reverência dos cavaleiros diante deles estabelecem uma interação ritual entre aqueles que percorrem as ruas e os que recebem o cortejo.

Os familiares envolvidos nos preparativos também contribuem para a reprodução da manifestação. A organização das roupas, dos animais, dos arreios, das selas e dos demais objetos ocorre frequentemente no ambiente doméstico e mobiliza pais, filhos, cônjuges e outros parentes. Ainda que não participem montados, esses sujeitos colaboram para que os cavaleiros estejam trajados, equipados e acompanhados.

Antigos cavaleiros e portadores da memória oral formam outro segmento relevante. Chefes, mantenas antigos, dirigentes, integrantes dos clubes, familiares de falecidos, memorialistas, historiadores e devotos preservam relatos sobre participantes, acontecimentos, percursos, mudanças organizacionais e modos anteriores de realização. Como a trajetória da Cavalaria foi transmitida predominantemente por narrativas orais, esses agentes são fundamentais para a circulação de suas memórias.

3.3 Pluralidade interna

Como descrito, a comunidade detentora não é um conjunto homogêneo. Existem diferentes motivações, formas de pertencimento, posições institucionais e graus de envolvimento. Para muitos, a participação significa homenagear os santos, dar graças, cumprir promessas e celebrar a Ressurreição de Cristo. Esses praticantes valorizam a disciplina, a sobriedade e o comportamento compatível com uma procissão.

A memória familiar também é base da participação. Selas herdadas, fotografias de falecidos e a presença conjunta de pais e filhos expressam a continuidade entre gerações, como o mantena Luiz Cláudio, que sai há mais de 40 anos no Cortejo da Cavalaria:

Durante alguns anos, saiu ao lado do pai, que também era Mantena. Depois do seu falecimento, Luiz Claudio herdou a sua sela: “Meu pai saiu por quase 60 anos com essa sela. Eu já saio com ela há 38”. A sela tornou-se, para Luiz Cláudio, uma relíquia de família. Disse que um dia, ela seria de seu filho. (Dossiê, p. 76)

Outros participantes identificam-se especialmente com o mundo rural, os animais, o tropeirismo e os conhecimentos ligados à vida em sítios e propriedades. Há também pessoas que valorizam o prazer de cavalgar, a convivência entre amigos e a participação em uma tradição local, como os irmãos Matheus e Henrique, integrantes do Clube Rancho São Francisco:

Enquanto terminavam de dar os últimos ajustes nos arreios de suas montarias, contaram que participam da Cavalaria desde pequenos. É uma tradição que vem de família, pois seu pai e avô também fizeram parte. Quando

questionados sobre os santos padroeiros, disseram que estavam lá mais pela tradição e pelo prazer de cavalgar ao lado de amigos. Mas mesmo não sendo muito religiosos, entendiam e respeitavam o fato de que aquela cavalgada era diferente de outras que fazem. Em seu entendimento, por ser uma procissão a cavalo, mesmo quem não fosse muito religioso ou devoto, deveria se comportar bem, sem consumir bebida alcoólica, por exemplo. (Dossiê, p. 76)

As diferenças entre Associação, clubes e Fila de Branco estruturam parte dessa diversidade. Há hierarquias formais definidas por estatutos, cargos, tempo de participação e posição na procissão, além de reconhecimentos vinculados à experiência, à antiguidade, aos vínculos familiares e ao domínio dos conhecimentos.

Os graus de vinculação aos santos também variam. São Benedito possui ampla popularidade entre devotos e moradores, enquanto a presença contemporânea de São Gonçalo decorre de um processo de revalorização intensificado a partir do final do século XX. Os participantes podem atribuir diferentes pesos à devoção a cada santo, à celebração pascal, ao tropeirismo, à tradição familiar ou à dimensão equestre.

São identificados ainda comportamentos que entram em tensão com a concepção religiosa defendida pelos organizadores modernos do cortejo, como o consumo de bebidas alcoólicas e a execução de música alta por participantes. Reprovadas pelos integrantes mais devotos, essas condutas demonstram que a definição da participação considerada adequada envolve normas, negociações e divergências internas.

4. Territorialidade e abrangência

A territorialidade do cortejo compreende o percurso, os lugares de devoção e memória, os espaços relacionados à criação e preparação dos animais e locais das referências históricas relacionadas aos caminhos e à circulação de tropas no Vale do Paraíba.

O território possui uma dimensão concreta, formada por ruas, bairros, praças, pontes, igrejas, capelas e cemitérios, e uma dimensão simbólica, produzida pelas memórias, práticas devocionais, relações familiares e narrativas associadas a esses lugares.

O núcleo territorial do bem é o município de Guaratinguetá. A cidade foi historicamente marcada pelo relevo, pela hidrografia, pelas atividades agrárias e pelas redes de circulação de tropeiros, viajantes, animais e mercadorias. O cortejo atualiza essa formação ao ligar bairros periféricos e áreas centrais e ao conferir sentidos rituais a espaços urbanos.

O trajeto inclui lugares onde ocorrem ações específicas, como as homenagens nos cemitérios, o encontro com a procissão do mastro na Capela de São Benedito e Santa Cruz, o levantamento do mastro diante da Igreja do Puríssimo Coração de Maria e a “meia-lua” na Praça São Gonçalo.

Durante a manifestação, a cidade tem sua paisagem temporariamente reorganizada, os animais ocupam as vias, o trânsito é interrompido ou desviado e os moradores transformam calçadas, fachadas e residências em espaços de festejo e devoção.

A cidade mantém conexões históricas e devocionais com Aparecida, Lorena e outros municípios do Vale do Paraíba onde ocorrem cavalarias relacionadas a São Benedito. A circulação de cavaleiros, devotos e narrativas demonstra uma territorialidade cultural regional, o que não elimina as configurações próprias de cada manifestação.

5. Sentidos e significados contemporâneos

5.1 Devoção, promessa e agradecimento

A devoção a São Gonçalo e São Benedito é o ponto central da manifestação. Cavalgar no Domingo de Páscoa é uma forma pública de homenagear os santos e integrar-se ao ciclo religioso da Festa.

A participação atualiza relações de reciprocidade entre devotos e santos. Cavaleiros ingressam ou permanecem no cortejo para dar graças, cumprir promessas ou atender a obrigações assumidas em situações de doença, acidente ou dificuldade familiar. Esses compromissos podem prolongar-se por toda a vida e envolver diferentes gerações. Como no caso de Geraldo Terra:

Sua devoção a São Benedito, no entanto, vem de família e é anterior à sua entrada na Cavalaria. O santo sempre esteve presente em momentos difíceis de sua vida, desde a juventude. Bilú [sua filha] conta que, pouco antes de seu nascimento, o pai foi vítima de uma facada. Na ocasião, Geraldo fez uma promessa a São Benedito: se se recuperasse, cumpriria, até o fim da vida, suas obrigações de devoto — entre elas, participar anualmente da Cavalaria. Pouco tempo depois, nasceram os filhos gêmeos de Geraldo. O irmão de Bilú nasceu sem vida, e ela precisou permanecer internada por alguns dias devido a complicações no parto. Mais uma vez, Geraldo recorreu à intercessão de São Benedito, pedindo pela recuperação da filha. Prometeu que, se ela sobrevivesse com saúde, passaria a levá-la ao cortejo depois que ela completasse cinco anos de idade. Hoje, Bilú não apenas participa da Cavalaria ao lado do pai, como também é a Mantena responsável por carregar o estandarte de Nossa Senhora Aparecida. Segundo ela, essa honra lhe foi concedida pelo presidente Fernando Guimarães, em reconhecimento à graça alcançada por intermédio de São Benedito e por deferência ao próprio seu Geraldo. (Dossiê, p. 56)

O empréstimo de animais também é uma forma de pagar promessas e prestar devoção aos santos, permitindo que pessoas sem montaria cumpram suas próprias obrigações. Existe ainda um conjunto mais amplo de práticas religiosas de devoção que inclui missas, novenas, procissões, orações e compromissos familiares.

5.2 Memória familiar e transmissão geracional

O cortejo ocupa lugar importante na memória das famílias de Guaratinguetá. A participação é frequentemente aprendida desde a infância, na convivência com pais, avós, irmãos e outros parentes. Diferentes gerações participam juntas da festividade e crianças e jovens são integrados por meio das famílias, dos clubes, da Fila de Branco e dos mantenas mirins.

O aprendizado abrange cuidados com os animais, preparação das roupas e equipamentos, formas de comportamento, hierarquias, reverências e orações. As narrativas de promessas, graças alcançadas e obrigações religiosas também são transmitidas no ambiente familiar.

5.3 Memória dos falecidos

As homenagens realizadas nos cemitérios com o gesto de retirada dos chapéus, orações, coroas de flores e estandartes com fotografias de cavaleiros já falecidos marcam esses locais de passagem enquanto espaços de memória. fortalece a fraternidade, o pertencimento e a continuidade entre gerações.

Ao homenagear antigos cavaleiros, chefes, familiares e companheiros, a manifestação narra sua própria trajetória e reinsere os mortos na comunidade simbólica da Cavalaria. As cerimônias têm caráter coletivo e individual: recordam todos os antigos participantes e tornam presentes pessoas específicas por meio das

memórias familiares.

6. Identidade cívica e pertencimento urbano

A dimensão cívica do cortejo está presente desde a abertura, com a execução do Hino Nacional, seguida por pronunciamentos de autoridades civis e religiosas e pelo desenlace coletivo de uma faixa verde e amarela representando as cores nacionais. A presença das bandeiras do Brasil, do Estado de São Paulo e do município de Guaratinguetá ao lado dos estandartes religiosos e institucionais, evidencia que a manifestação articula devoção católica, símbolos nacionais e representação pública da cidade.

A realização do cortejo depende também de uma relação contínua com os poderes públicos e com instituições locais. A Prefeitura, a Câmara Municipal, as Polícias Militar e Ambiental, o Corpo de Bombeiros e outros órgãos participam da organização, da segurança e da reorganização temporária do trânsito e dos espaços urbanos. Essa atuação não é apenas operacional: expressa o reconhecimento institucional da Cavalaria como bem comum da cidade. Essa valorização aparece também em iniciativas como sua escolha, por concurso popular promovido pela Câmara Municipal, como uma das Sete Maravilhas de Guaratinguetá.

7. Formação histórica e transformações

A escassez de registros escritos sobre a formação histórica do Cortejo da Cavalaria não permite definir um momento preciso do início de sua realização, um fundador ou uma continuidade documental direta entre as primeiras devoções e sua configuração atual.

O Livro Tombo da Matriz de Santo Antônio registra retrospectivamente que a Capela de São Gonçalo teria sido erigida por volta de 1726 por devoção dos chamados “homens de caminho”. O documento comprova a existência de uma devoção pública a São Gonçalo e permite reconhecer a antiguidade de seu território devocional. Entretanto, não menciona a Cavalaria nem descreve cortejo equestre, organização de cavaleiros ou liderança. A data de 1726 não constitui, portanto, prova documental do início do cortejo.

Sua associação à origem da Cavalaria foi consolidada pela historiografia local e incorporada à memória social, funcionando como marco narrativo que liga a manifestação contemporânea ao santo e ao passado colonial. Seu valor simbólico deve ser reconhecido, sem que seja confundido com demonstração histórica direta.

Também não há documentação suficiente para definir os “homens de caminho” como grupo homogêneo ou afirmar que tenham organizado a Cavalaria. Devem ser distinguidos a antiguidade da devoção a São Gonçalo, a presença de sujeitos relacionados aos “caminhos”, a atuação da Irmandade dos Pretos Cativos de São Benedito e a formação posterior de um cortejo organizado.

A análise apresentada pelo Dossiê divide a formação histórica do Cortejo da Cavalaria em três fases principais: o Ofício, o Compromisso e a Institucionalização. Essas fases não são rigidamente separadas, mas apresentam continuidades, reelaborações e sobreposições de práticas.

7.1 A Cavalaria como Ofício (antes de 1726 até cerca de 1888)

A fase denominada Ofício compreende o período anterior a 1726 até o final do regime escravista. Durante o período colonial, a posição de Guaratinguetá nas redes de circulação entre o litoral, o Vale do Paraíba, Minas Gerais e o Rio de Janeiro favoreceu o trânsito de tropas, viajantes, mercadorias e animais. Cavalos,

mulas e burros integravam a paisagem cotidiana e eram empregados no transporte, no abastecimento, nos deslocamentos e em diferentes atividades de trabalho.

Esse universo reunia proprietários, tropeiros, condutores, peões, trabalhadores livres, libertos e escravizados, que ocupavam posições sociais distintas. As experiências de mobilidade, trabalho e convivência com os animais eram, portanto, compartilhadas de modo distinto por diferentes segmentos da sociedade colonial e escravista.

Nesse contexto, segundo a historiadora local Thereza Maia – responsável pelo principal levantamento e análise da pouca documentação existente sobre as origens da Cavalaria – o Livro Tombo da Matriz de Santo Antônio registra que foi construída em 1726 pelos “homens do caminho” uma Capela em devoção a São Gonçalo do Amarante, padroeiro dos viajantes.

Segundo Maia, a aproximação entre as devoções a São Gonçalo e São Benedito ocorreu em 1757, quando pessoas negras escravizadas entronizaram a imagem de São Benedito na Capela de São Gonçalo e solicitaram ao Bispo de São Paulo a aprovação do Compromisso da Irmandade de São Benedito dos Irmãos Pretos Cativos da Vila de Guaratinguetá. Como a capela de São Gonçalo permanecia fechada por longos períodos, já que seus fundadores eram viajantes, a Irmandade se comprometeu a conservar o altar e a capela e realizar os reparos necessários. A capela, o largo correspondente à atual Praça São Gonçalo e o cemitério construído ao lado do templo formaram um território administrado e utilizado pela Irmandade.

Relatos posteriores mencionam peões e tropeiros realizando evoluções com cavalos diante da capela. Nessa fase, podem ser reconhecidos componentes posteriormente articulados pela Cavalaria: a devoção a São Gonçalo, a atuação da Irmandade de São Benedito, a festa e seus reinados, o uso cotidiano de equinos e muares, as práticas ligadas aos caminhos e a convivência entre diferentes grupos sociais.

Essas narrativas são relevantes para a memória social da manifestação, mas não permitem comprovar datas, participantes ou a existência de uma estrutura equivalente ao cortejo contemporâneo. A fase do Ofício corresponde, portanto, à formação das condições históricas, sociais e devocionais a partir das quais a manifestação pôde se constituir.

7.2 A Cavalaria como Compromisso (1888 até cerca de 1970)

A fase do Compromisso começa a se delinear especialmente após a abolição da escravidão e se estende, aproximadamente, até a década de 1970. Nesse período, a Cavalaria torna-se mais claramente identificável como prática coletiva integrada à Festa de São Benedito, embora sua organização permanecesse sustentada sobretudo pela oralidade e pela autoridade social dos participantes.

O termo “compromisso” designa uma forma de organização que não dependia de estatutos, registros cartoriais ou entidade jurídica. A continuidade era assegurada pela palavra empenhada, pela presença anual, pelo reconhecimento dos chefes e pela transmissão oral das normas e funções. Esse compromisso possuía caráter religioso, comunitário e organizacional.

A Cavalaria passa a integrar de maneira mais definida o sistema ritual da Festa de São Benedito, no qual se articulavam elementos relacionados à coroação de reis negros, à devoção afro-católica e às festas do Divino Espírito Santo. Em descrição produzida em 1948, a manifestação já aparece plenamente inserida na Festa.

Esse processo relaciona-se ao contexto pós-abolicionista, quando formas

de organização da população negra adquiriram maior visibilidade, embora permanecessem marcadas pelas desigualdades sociais. A Cavalaria tornou-se parte de um sistema de devoção e sociabilidade no qual as memórias do cativo, da liberdade e das celebrações afro-católicas continuavam socialmente significativas.

Nesse período aparecem os primeiros nomes de chefes preservados pela tradição oral. Entre eles, destaca-se Getúlio, mencionado em narrativas como um dos primeiros organizadores da Cavalaria. A memória oral preserva ainda uma sequência de chefes posteriores apesar da imprecisão de datas e da possível incompletude das informações.

Diferentes narrativas atribuem a Getúlio mudanças na organização da Cavalaria, como a formação de grupos de cavaleiros negros e brancos e a adaptação de uma comitiva relacionada à Festa do Divino e às cavalhadas. Outras versões relacionam a manifestação às evoluções de tropeiros e peões diante da capela ou à cessão de cavalos e arreios por fazendeiros para a participação de pessoas escravizadas na Festa. A pesquisa não confirma nenhuma dessas hipóteses como origem definitiva.

Na fase do Compromisso a manifestação deixa de aparecer apenas como associação difusa entre animais e devoção e passa a constituir uma prática socialmente reconhecida. Embora informal, sua organização já possuía nome, liderança, funções, ordenamento e continuidade anual, estreitamente relacionados à experiência negra pós-abolicionista e ao sistema religioso da Festa de São Benedito.

7.3 Fase de institucionalização (1970 - dias atuais)

A fase da Institucionalização tem início por volta da década de 1970 e consolida-se com a criação da Associação Cavalaria de São Gonçalo e São Benedito de Guaratinguetá, em 1992. Os compromissos transmitidos oralmente passam a conviver com registros escritos, estatutos, assembleias, cargos administrativos e instrumentos jurídicos de representação.

A oralidade permanece como forma de transmissão de memórias, conhecimentos e condutas. A mudança consiste na criação de uma estrutura formal que registra e codifica parte das práticas anteriormente reguladas pela autoridade dos chefes e pelo costume.

Também ocorreram mudanças nas lideranças. Após o falecimento de Loló Antunes, que dirigiu a Cavalaria por várias décadas, Evandro Paiva consolidou-se como chefe a partir de 1975. Nesse período, as mulheres passaram a participar do cortejo, enfrentando resistência daqueles que consideravam a manifestação exclusivamente masculina. Mulheres e crianças foram progressivamente incorporadas, demonstrando a capacidade da tradição de reorganizar normas e incluir novos sujeitos.

Além disso, no período houve mudanças em relação aos animais permitidos no cortejo. Com o aumento da participação de éguas, cavalos “inteiros” (animais não castrados) passaram a ser proibidos, assim como os muares, considerados animais de comportamento imprevisível. Posteriormente, a criação dos clubes possibilitou a participação desses animais em alas específicas.

O número de participantes cresceu de algumas centenas, na década de 1970, para aproximadamente dois mil nas edições descritas pelo dossiê. A expansão exigiu mudanças na concentração, no controle, no ordenamento, na circulação e na relação com o espaço urbano.

A participação em celebrações de outras cidades ampliou as redes regionais da manifestação e fortaleceu sua atuação como representação cultural de

Guaratinguetá em um circuito devocional mais amplo do Vale do Paraíba.

Outro processo relevante foi a retomada pública da devoção a São Gonçalo. Durante parte do século XX, as fontes destacavam predominantemente São Benedito. O enfraquecimento da presença pública de São Gonçalo é relacionado às demolições das antigas capelas e à construção da Igreja do Puríssimo Coração de Maria. Em 1990, a imagem de São Gonçalo voltou a integrar a igreja e a procissão, favorecendo a valorização das narrativas que associavam o cortejo ao santo, aos “homens de caminho” e ao tropeirismo.

A imagem original, do período colonial, foi retirada da igreja e doada ao Museu Nossa Senhora Aparecida, demonstrando que, durante muitos anos, não houve indícios de continuidade desta devoção (a São Gonçalo), uma vez que diversas fontes, de autores a periódicos, referiam-se ao evento apenas por “Festa de São Benedito” e “Cavalaria de São Benedito”. A partir do movimento de doação da imagem “pela Indústria A. Luchesi e Cia, através do Sr. Giovanni Ferruccio Luchesi” à pedido de Dona Thereza Maia, podemos perceber um novo interesse pela devoção a São Gonçalo e suas origens “tropeiras”. (Dossiê, p. 127)

Em 18 de março de 1992, foi criada a Associação Cavalaria de São Gonçalo e São Benedito de Guaratinguetá, constituída como sociedade civil sem fins lucrativos, de caráter cultural, assistencial e religioso católico. A Associação formalizou diretoria, categorias de participantes, funções, hierarquias, regras de conduta e critérios relativos às indumentárias e aos animais. A entidade passou a representar institucionalmente a Cavalaria e a dialogar com a Igreja, o poder público e os demais agentes envolvidos.

No mesmo contexto, formaram-se os clubes agregados, que permitiram incorporar diferentes tipos de animais e repertórios ligados ao mundo rural e ao tropeirismo, mantendo-os subordinados ao ordenamento geral do cortejo. A presença de São Gonçalo na denominação, nas bandeiras e nos estandartes reforçou a narrativa que vinculava a manifestação contemporânea à antiga devoção documentada em 1726.

Nas décadas seguintes, ampliaram-se as relações com o poder público, a imprensa, as instituições de segurança, os parceiros organizacionais e as políticas patrimoniais. O reconhecimento da Cavalaria entre as Sete Maravilhas de Guaratinguetá, em 2008, e o pedido de registro encaminhado ao Iphan, em 2015, aumentaram sua visibilidade e inserção no campo da patrimonialização.

A institucionalização favoreceu a organização intencional da narrativa histórica do bem. Documentos, fotografias, atas, estatutos, pesquisas e acervos museológicos passaram a apoiar uma memória anteriormente sustentada principalmente pela oralidade. Nesse processo, algumas versões e referências foram recuperadas ou enfatizadas, sobretudo aquelas ligadas à devoção a São Gonçalo e ao tropeirismo.

A institucionalização não representa a substituição integral de uma tradição antiga por uma estrutura moderna. Constitui uma nova etapa, na qual oralidade e escrita, devoção e administração, memória e política patrimonial passam a coexistir.

IV - O bem cultural como objeto de Registro

O bem cultural Cortejo da Cavalaria de São Gonçalo e São Benedito de Guaratinguetá é uma prática religiosa católica de característica processional, equestre, devocional e festiva realizada no ciclo da Festa de São Benedito e São

Gonçalo no município paulista. Não se confunde com a Associação Cavalaria de São Gonçalo e São Benedito nem corresponde à totalidade da celebração, mas depende do sistema religioso formado pelas cerimônias da Semana Santa, pela procissão do mastro de São Benedito, pela Irmandade, pela paróquia e pelos grupos devocionais associados.

Sua configuração compreende os preparativos, a concentração, o ordenamento das filas, o percurso do Domingo de Páscoa, as homenagens aos mortos, a interação com os moradores, o encontro com a procissão do mastro, a “meia-lua” e a participação na procissão de segunda-feira. Trata-se de uma sequência ritual, e não de uma simples cavalgada.

Sua continuidade depende de uma rede formada por cavaleiros, clubes, Fila de Branco, famílias, proprietários e fornecedores de animais, Irmandade, paróquia, reis, corte, Congadas, Moçambiques, portadores da memória e moradores. A Associação coordena a manifestação, mas os conhecimentos e as responsabilidades encontram-se distribuídos entre diferentes grupos.

Guaratinguetá constitui seu território nuclear. Durante o cortejo, bairros, igrejas, cemitérios, praças, pontes, residências e vias são articulados em uma paisagem devocional. A ocupação das ruas pelos animais atualiza referências ao mundo rural e aos antigos caminhos e transforma temporariamente o funcionamento urbano.

Os sentidos do bem combinam devoção, promessas, memórias familiares, reverência aos mortos, transmissão geracional, conhecimentos equestres, tropeirismo, referências afro-brasileiras, sociabilidade e identidade urbana. A aproximação entre Saberes do Caminho e Saberes do Rosário sintetiza a articulação entre o universo dos animais e das rotas e as formas comunitárias e devocionais relacionadas às irmandades negras.

A transmissão ocorre pela convivência familiar, pela oralidade, pela observação, pela prática e pela participação no ciclo religioso. Objetos e narrativas familiares sustentam a memória, enquanto Associação, clubes, Irmandade e paróquia criam condições de aprendizagem e continuidade.

Sua origem remonta à construção de uma capela dedicada a São Gonçalo do Amarante, padroeiro dos viajantes, em 1726, pelos “homens do caminho”. Em 1757, a entronização da imagem de São Benedito na Capela de São Gonçalo pela Irmandade de São Benedito dos Irmãos Pretos Cativos dá início à articulação de elementos oriundos de duas matrizes culturais que caracterizam o bem: os Saberes do Rosário, que reúnem práticas e referências ligadas às irmandades e às celebrações afro-brasileiras dedicadas a Nossa Senhora do Rosário e a santos de forte devoção entre a população negra, como São Benedito; e os Saberes do Caminho, associados ao tropeirismo e às experiências do mundo rural do Vale do Paraíba.

A manifestação apresenta vitalidade expressa pela ampla participação, pela presença de diferentes gerações, pela continuidade do calendário ritual e pelo reconhecimento como referência da cidade. Persistem desafios relacionados ao afastamento das novas gerações do cotidiano rural, à concentração de conhecimentos entre os mais experientes, aos custos de participação, ao diálogo entre as entidades e à preservação dos acervos e depoimentos.

V- Indicações para a Salvaguarda

O Cortejo da Cavalaria de São Gonçalo e São Benedito é uma prática cultural vinculada ao contexto festivo da Festa de São Benedito e São Gonçalo, realizada anualmente em Guaratinguetá. Assim, sua continuidade depende de alguns fatores sociais, organizacionais e simbólicos que envolvem a participação dos cavaleiros, dos membros da Irmandade de São Benedito, da Paróquia Puríssimo Coração de Maria, e, não menos importante, da transmissão de saberes relacionados ao manejo dos cavalos e à organização do cortejo, além, é claro, da manutenção da devoção que sustenta a celebração e as práticas ligadas a ela.

A pesquisa de campo apontou como principais ações potenciais de salvaguarda:

1. Ampliar ações de educação patrimonial relacionadas à história e ao significado da Cavalaria, envolvendo escolas, universidades, museus e outras instituições culturais da região;
2. Fortalecer as iniciativas de transmissão geracional para além daquelas que já são realizadas pela Associação (como é o caso dos Mantenas Mirins), com encontros, oficinas e outras atividades formativas conduzidas por cavaleiros mais experientes;
3. Ampliar ações de registro e documentação da prática, estimulando a criação de um arquivo de memórias dos antigos cavaleiros, a produção de registros audiovisuais sobre o Cortejo e a organização de acervos documentais sobre a história da Cavalaria;
4. Dar visibilidade às práticas de bem-estar animal adotadas pela Cavalaria dentro e fora do Cortejo, reafirmando o caráter devocional da manifestação e diferenciando-a de eventos que se utilizam dos animais para competição e entretenimento;
5. Criar um Centro de Referência com a finalidade de guardar a memória produzida sobre o Cortejo da Cavalaria, além de promover e difundir a Cavalaria.

VI. Conclusão

Diante do exposto neste Parecer Técnico, entende-se que o Cortejo da Cavalaria de São Gonçalo e São Benedito possui continuidade histórica e constitui-se como referência cultural para grupos formadores da sociedade brasileira, evidente em sua realização anual, na permanência da devoção, das promessas, das formas processionais e dos conhecimentos relacionados à montaria, aos animais e aos equipamentos, transmitidos pela convivência familiar, pela oralidade, pela observação e pela participação. Essa continuidade não corresponde à capacidade da manifestação de incorporar novos agentes e estruturas organizacionais, alterar percursos e regras e atualizar seus símbolos sem romper os vínculos com a memória coletiva.

O bem constitui referência cultural para grupos formadores da sociedade brasileira por articular saberes e práticas vinculados às populações negras — expressos na Irmandade de São Benedito, nos reinados, nas Congadas, nos Moçambiques e nas devoções afro-católicas — com conhecimentos do mundo dos caminhos, do tropeirismo e do trabalho rural, historicamente compartilhados por sujeitos diversos. Ao atualizar essas experiências na vida religiosa, familiar e urbana de Guaratinguetá, o cortejo produz pertencimento, preserva memórias sociais e mantém vivas contribuições fundamentais para a formação cultural brasileira.

Portanto, tendo como referência o material analisado e em concordância com a legislação pertinente – em especial o artigo 216 da Constituição Federal de 1988, o Decreto nº 3.551/2000 e a Resolução Iphan nº 001/2006 – entendemos que

o Cortejo da Cavalaria de São Gonçalo e São Benedito possui todos os critérios necessários para ser reconhecido como Patrimônio Cultura do Brasil, sugerindo sua inscrição no Livro de Registro das Celebrações.

É o parecer que submetemos para apreciação superior.

Marina Baldoni Amaral

Analista I

Departamento de Patrimônio Imaterial - DPI/IPHAN

Marcos Monteiro Rabelo

Técnico I

Superintendência do IPHAN em São Paulo

1 Dossiê de registro do Cortejo da Cavalaria de São Gonçalo e São Benedito de Guaratinguetá

2 Dossiê de registro dos Saberes do Rosário: Reinados, Congados e Congadas



Documento assinado eletronicamente por **Marina Baldoni Amaral, Analista I**, em 18/07/2026, às 11:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Monteiro Rabelo, Técnico I**, em 19/07/2026, às 09:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.iphan.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **7633343** e o código CRC **A8F8C680**.

Referência: Processo nº 01450.007877/2015-81

SEI nº 7633343